

Resolução da reunião dos grupos de Solidariedade com Timor-Leste, Copenhaga, 11 e 12 de Fevereiro, 1989

15 organizações de solidariedade com Timor-Leste, oriundas de 9 países, no fim-de-semana de 11 e 12 de Fevereiro, deste ano, reuniram-se em Copenhaga, Dinamarca. Na referido reunião foi aprovada a seguinte resolução que transcrevemos:

"Observámos com grande satisfação que o povo de Timor-Leste continua a lutar pelos seus direitos fundamentais e liberdade tal como nos foi realtado por um representante da Convergência Nacionalista de Timor-Leste, e recebemos com gratidão os presentes enviados para nós pelas mulheres da Resistência Timorense."

Auto-determinação e Direitos Humanos

1. Discordamos totalmente das recentes afirmações no sentido de que a situação em Timor-Leste dos Direitos Humanos tem melhorado:

- a) um número estimado em 2000 timorenses foram mortos em Timor-Leste durante o anos de 1988.
- b) 3000 Timorenses foram presos em Dili durante a primeira semana de Novembro de 1988, antes da visita de Suharto a Timor-Leste. Muitos destes prisioneiros forma torturados.
- c) Timorenses que queiram visitar a família fora do país têm de deixar sempre alguns memebros da sua família em Timor-Leste.

Realçamos o depoimento de Monsenhor Belo em 5 de Dezembro de 1988: "Nós opomo-nos a este bárbaro sistema e condenamos a falsa propaganda, que diz que em Timor-Leste não existem violações dos direitos humanos".

2. Chamamos a atenção para o facto de mudanças burocráticas realizadas pela Indonésia em Timor-Leste ("Equiparar Timor-Leste às outras províncias Indonésias") não garantem o conceito de "abertura", seja qual for o contexto; o conceito de "aberto" é insuficiente e irrelevante na medida em que Timor-Leste é uma colónia ocupada territorialmente pela Indonésia.

3. Considerando que a Indonésia não tem direito legal a administrar Timor-Leste, e que nenhuma visita ao território timorense pode ser efectuada sem nenhuma interferência das autoridades Indonésias, considerando também, que apesar da Indonésia dizer que Timor-Leste está "aberto", o governo não permitir que ninguém que se oponha à ocupação entre no território. Nessa medida, colocamos reservas a toda e qualquer visita que não cumpra as seguintes condições mínimas:

- a) liberdade de movimento em todo o Timor-Leste
- b) aceso livre a não vigiado a todos os timorenses
- c) os visitantes devem poder escolher os seu próprios intérpretes e guias
- d) os visitantes devem poder ficar em Timor-Leste o tempo que necessitem
- e) não deve haver limite ao número de pessoas por grupo
- f) o reconhecimento de que os timores estão sob grande pressão para não falar com medo da retaliação pelas autoridades indonésias

Reuniões Internacionais

4. Consideramos que a próxima reunião do Movimento dos Não-Alinhados, que terá lugar em Haia, na Holanda em Junho de 1989, será uma oportunidade para promover a causa de Timor-Leste.

5. Vamos pressionar os nossos governos por ocasião da reunião da IGGI (Intergovernmental Group on Indonesia) em Junho.

6. Concordamos em continuar a apoiar e a participar na Comissão de Descolonização das Nações Unidas, em Nova Iorque, durante o mês de Agosto.

Actividades nacionais e internacionais

7. Apoiamos a iniciativa da criação "Parlamentares por Timor-Leste" e apelamos a todos o grupos de solidariedade no sentido de encorajarem a adesão dos parlamentares.

8. Consideramos que a resolução do Parlamento Europeu 82-143/88 (adoptada em Setembro de 1988) é o depoimento mais forte a favor de Timor-Leste, adoptado nos últimos anos e que constitui uma grande derrota para a ofensiva diplomática indonésia em 1988.

As acções a realizar no seu seguimento devem incluir:

- a) o apoio ao ponto 18 da resolução que pede à Comissão Europeia para apresentar durante os próximos 6 meses, um relatório actualizado sobre a situação em Timor-Leste
- b) a realização de uma audição em Estrasburgo sobre Timor-Leste, depois das eleições europeias, que terão lugar em Junho de 1989

9. Saudamos a iniciativa diplomática das autoridades portuguesas sobre o conflito em Timor-Leste, de acordo com o artigo 297 da Constituição Portuguesa, que diz que Portugal é obrigado legalmente "a promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste". Esperamos a confirmação do projecto da Conferência Internacional dos Parlamentares sobre Timor-Leste e desejamos que esta se realize em Lisboa durante o ano de 1989.

10. Estamos bastante impressionados com o rápido crescimento e consolidação da Coligação para a libertação de Timor-Leste Japonesa (Free East Timor Japan Coalition). Apoiamos internacionalmente o seu trabalho de tentar influenciar o governo japonês na sua posição sobre Timor-Leste.

Estas foram as resoluções aprovadas em 13 de Fevereiro em Copenhaga pelas seguintes 15 organizações:

THE INTERNATIONAL WORK GROUP FOR
INDEGENOUS AFFAIRS (DINAMARCA)
CIMADE (FRANÇA)
ASSOCIATION DE SOLIDARIETÉ AVEC TIMOR
ORIENTAL (FRANÇA)
SOCIETY FOR ENDANGERED PEOPLE (RFA)
IMBAS (RFA)
FREE EAST TIMOR JAPAN COALITION (JAPÃO)
COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE (HOLANDA)
KOMITTEE INDONESIA (HOLANDA)
X MINUS Y (HOLANDA)
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
(PORTUGAL)
IWIGIA NATIONAL GROUP (SUIÇA)
EAST TIMOR COMMITTEE (SUÉCIA)
TAPOL (REINO UNIDO)
CHRISTIAN MOVEMENT OF PEACA (REINO UNIDO)